

RESENHA

O PROBLEMA DA CRISE CAPITALISTA EM O CAPITAL DE MARX

Hector Benoit e Jadir Antunes

Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 209.

Eleutério F. S. Prado
Professor da FEA/USP

Num debate recente, duas posições polares novamente se entrecrocaram e o ruído gerado, mesmo se têm aspectos interessantes, não foi nada agradável de captar. Por um lado, para desacreditar mais uma vez a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” de Marx, David Harvey esmerou-se para provar o seguinte ponto: “não há – penso – uma causa única da formação das crises na obra de Marx”. Por outro lado, Michael Roberts, para contestar essa posição que advoga a pluri-causalidade na explicação das crises capitalistas, considerou que a *Lei de Marx* brilha porque fornece uma explicação clara e unitária para as crises: a “lei provê uma explanação do subjacente, indica a causa última das crises do modo de produção capitalista”.^{nt} Ora, o livro que aqui se resenha começa mostrando que essa disputa não é nova na história do marxismo e que ela está completamente equivocada. Nele, lê-se logo no início:

De modo geral, diversos comentadores preocuparam-se em encontrar nos textos de *O Capital* uma passagem determinada que mostrasse qual seria a “causa principal”, na concepção de Marx, que impulsionaria a produção capitalista a entrar regularmente em crise. Utilizando justamente essa noção de “causa”, autores clássicos como Tugán-Baranovki, Karl Kautsky, Rosa de Luxemburg, Rudolf Hilferding, Henrik Grossman, Paul Sweezy, Ernest Mandel, entre outros, discutiram longamente durante boa parte do século XX a obra *O Capital*, procurando encontrar em qual texto ou passagem canônica poderia residir a verdadeira concepção de Marx sobre as crises do capitalismo.

O defeito básico da questão dilemática assim posta pelos comentadores de ontem e de hoje é que ela se atém de maneira crucial à noção mecanicista de causa, a qual não convém à dialética marxiana senão como aparência. Pois, mediante essa noção, não se pode pretender mais do que apreender os encadeamentos empíricos dos fatos, isto é, os nexos externos entre os fenômenos, ficando assim nos limites da ciência vulgar.

A noção de causalidade eficiente da ciência moderna admite que as coisas são objetos separados entre si e que elas atuam umas sobre as outras com base em forças, em exteriorizações de si mesmas. Ora, a ontologia marxiana pressupõe que as coisas são também determinadas por nexos que mantêm entre si, isto é, pelos vínculos internos que as constituem enquanto tais. Liames estes, aliás, que também condicionam o modo como as coisas interagem entre si. Por isso, se o entendimento quer ler os resultados das interações em geral, os vínculos entre os fatos, mediante a noção de “causa”, ainda nesse nível de apreensão da realidade, o pensamento dialético os apreende com a categoria de “ação recíproca”. Para Marx, por exemplo, a queda abrupta da produção (sintoma da crise) e a queda da taxa de lucro (agulhão da crise) condicionam-se mutuamente. Assim, para compreender bem a sua teoria – tal como

apontam Benoit e Antunes –, é preciso superar a visão de crise como mera facticidade para chegar ao seu conceito (tomando evidentemente essa palavra no sentido que Hegel lhe deu).

Ao contrário do que pensam muitos teóricos que se debruçam sobre os textos, demonstram cabalmente esses dois autores que não se pode falar em lacunas na teoria das crises de Marx, mesmo se há, sim, lacunas na explicação das crises historicamente ocorridas, na compreensão dos “ciclos industriais”, na explicitação, por exemplo, dos nexos entre a superacumulação na esfera da produção mercantil e na esfera financeira. Pois, a teoria das crises encontra-se exposta em *O capital* e nas obras preparatórias não aqui e acolá, em determinadas passagens, mas do começo ao “fim”, isto é, na obra como um todo. Eis que a compreensão do conceito de crise em Marx coincide com a compreensão do próprio conceito de capital.

Para compreender essa tese – eles advertem – é preciso ter presente que não se encontra em *O Capital* uma teoria formal que parte de definições e postulados e chega, por meio de deduções lógicas exatas, a proposições que tem como virtude poder captar hipoteticamente os nexos empíricos, as relações de causalidade, entre os fenômenos, mas uma “apresentação dialética” do conceito de capital. A teoria das crises – asseveram – “está, sim, desenvolvida em todo o percurso dialético-expositivo de *O Capital*, aparecendo e começando a se desenvolver logo nas primeiras páginas do Livro Primeiro e se encerrando nas últimas páginas do Livro Terceiro”.

E por “percurso” se entenda um método capaz de abarcar de forma rigorosa as “complexas interações” dos elementos que compõem o sistema econômico, fundado num plexo de relações estruturais centrado na relação de capital, em constante processo de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma forma de exposição que busca apreender as suas contradições imanentes e as suas leis tendenciais de movimento. O sistema econômico, enquanto totalidade concreta indeterminada, é apreendido assim, após um enorme esforço da razão teórica, como uma totalidade conceitual, agora pensada e determinada.

As relações de causalidade com que se contenta o entendimento meramente analítico não desaparecem na compreensão da totalidade; ao contrário, elas figuram agora como manifestações aparentes e superficiais do evoluir das contradições tal como são apreendidas pela razão dialética. Um aumento da demanda ainda pode elevar o preço da mercadoria, mas a formação de seu preço – para dar um exemplo didático – é compreendida como o evoluir da contradição entre os “exércitos” dos compradores e dos vendedores da mercadoria sob diversas condições de escassez relativa. E essa contradição não é um mero artifício teórico, pois os comportamentos dos compradores e dos vendedores se encontram de fato determinados pela natureza da relação mercantil que também é em si mesma bem objetiva e bem determinada.

A apresentação do capital – e das crises – em *O capital* desenvolve-se, como se sabe em três livros. Nos dois primeiros, trata-se do capital em geral, isto é, expõem-se a relação de capital como um movimento insaciável em suas determinações mais abstratas e mais gerais. No primeiro, examina-se grosso modo a produção de capital; no segundo, a circulação de capital. Apenas no terceiro livro se mostra como essa relação molda concretamente o modo de ser da sociabilidade descentrada e concorrencial que caracteriza o capitalismo enquanto tal. Eis que o capital – indica-se aí – só existe

verdadeiramente como pluralidade de capitais individuais que lutam entre si, sem trégua e ferozmente, pela própria sobrevivência. Ora, o conceito de crise encontra-se apresentado aí do mesmo modo, ou seja, primeiro, de forma abstrata como mera possibilidade e, depois, no último livro, de forma concreta como ocorrência necessária ao próprio evoluir da relação de capital.

Eis o que se lê sobre isso, em resumo, no livro aqui resenhado:

Desse modo, a renovação periódica do capital fixo, a superprodução de mercadorias, o subconsumo das massas e a desproporção intersetorial – analisadas nos Livros Primeiro e Segundo – não podem, de modo algum, ser chamadas de “causas das crises”. Estes fenômenos constituem unicamente, do ponto de vista da exposição dialética, meras formas de manifestação de contradições ainda abstratas, formais, indeterminadas e potenciais da crise. Do mesmo modo, a lei da queda tendencial da taxa de lucro não pode também ser chamada de “causa das crises”, mas deve, sim, do ponto de vista da exposição dialética, ser concebida como a forma mais complexa e desenvolvida das múltiplas e parciais determinações contraditórias anteriores que estão contidas na própria contradição entre valor de uso e valor.

Portanto, a queda tendencial da taxa de lucro não pode ser vista como uma causa possível das crises, a qual existiria ao lado de outras, também possíveis em princípio. Mas é isto o que ocorre precisamente porque uma persistente e irritante leitura vulgar a vê desse modo. Ao fazê-lo, difunde e perpetua uma brutal distorção da teoria da crise de Marx. Ao contrário, “longe de ser uma causa superior, a queda tendencial da taxa de lucro” – dizem Benoit e Antunes com clareza – “seria a síntese das contradições potenciais, formais e abstratas expostas nos Livros Primeiro e Segundo, que se convertem [no Livro Terceiro] em efetividade ou em ato (*en-ergon*)”.

É por isso que se recomenda aqui àqueles verdadeiramente interessados em compreender Marx que façam uma leitura atenta deste livro introdutório, deixando de lado mesmo certos manuais que se vendem por aí como mercadorias de alta qualidade. Aqui se tratou apenas, em largos traços, do conteúdo da própria introdução do livro de Benoit e Antunes. Mas ele tem, além desta introdução, três capítulos, nos quais estão expostos com simplicidade e profundidade os principais movimentos, respectivamente, dos três livros que se compõem *O Capital*, tendo em mira a exposição do conceito de crise. Lendo esse livro, eles não se libertarão, é certo, da “fadiga de galgar as abruptas escarpas” de *O Capital*, mas certamente darão os primeiros passos seguros para “chegar a seus cimos luminosos”.

^{nt} Nota: Os trechos citados nesse parágrafo inicial encontram-se respectivamente nos artigos de David Harvey e Michael Roberts publicados no livro *The great financial meltdown – systemic, conjunctural or policy created?*, organizado por Turan Subasat, Edward Elgar Publishing, 2016. De passagem, este resenhista não poderia deixar de mencionar que considera as pesquisas empíricas de Michael Roberts como valiosas para a compreensão do capitalismo contemporâneo; e que convém sobre a sua posição teórica, que ela, apesar do viés positivista, é mais próxima daquela sustentada por Marx.